

Renda média mensal dos brasileiros chega a R\$ 3.367 em 2025

Já rendimento médio mensal domiciliar também foi recorde em 2025, ao chegar a R\$ 2.264

O rendimento médio mensal real de todas as fontes da população no Brasil alcançou R\$ 3.367 em 2025, o maior valor da série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), iniciada em 2012. O resultado representa um crescimento de 5,4% em relação a 2024 e consolida o quarto ano consecutivo de expansão. Os dados foram divulgados na sexta-feira (8/5) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O rendimento médio mensal real recebido de todos os trabalhos foi estimado em R\$ 3.560 em 2025, alta de 5,7% em relação ao ano anterior, atingindo também o maior valor da série histórica. Em relação a 2019, o crescimento acumulado foi de 11,1%.

Do total de 212,7 milhões de pessoas residentes no Brasil em 2025, 67,2% possuíam algum tipo de rendimento, o equivalente a 143 milhões de pessoas. Esse

percentual é superior ao observado em 2024 e representa o maior nível da série histórica da pesquisa. A Região Sul manteve a maior proporção de pessoas com rendimento (70,9%), enquanto Norte (60,6%) e Nordeste (64,4%) apresentaram os menores percentuais, apesar dos avanços registrados nos últimos anos.

Massa de Rendimento

A massa de rendimento mensal real de todos os trabalhos atingiu R\$ 361,7 bilhões em 2025, o maior valor da série, com crescimento real de 7,5% frente a 2024. Esse avanço foi impulsionado principalmente pelo aumento do rendimento médio do trabalho, além da expansão da população ocupada com rendimento, que chegou a 101,6 milhões de pessoas.

Segundo o IBGE, os 10% da população brasileira com maior rendimento domiciliar per capita detinha, em 2025, 40,3% do total da massa de rendimentos domici-



Resultado mostra crescimento de 5,4% em relação a 2024 - expansão pelo quarto ano seguido

liares, parcela superior à que possuíam os 70% da população com os menores rendimentos. Os 10% da população com os maiores rendimentos receberam, em média, 13,8 vezes mais do que os 40% com os menores rendimentos.

Outras fontes

No que se refere às outras fontes de rendimento, aposentadorias e pensões seguiram como a principal categoria, alcançando 13,8% da população residente. Em 2025, 9,1% da população recebia rendimentos de programas sociais do governo, percentual que se manteve relativamente estável em relação a 2024. As regiões Nordeste (15,8%) e Norte (13,7%) tinham os maiores percentuais de pessoas com rendimentos de programas sociais. O valor médio dos rendimentos de programas sociais do governo, incluindo programas das esferas federal, estadual e municipal, era de R\$ 870 em 2025, similar ao valor

observado em 2024 (R\$ 875).

Rendimento domiciliar

O rendimento médio mensal real domiciliar per capita também atingiu valor recorde em 2025, ao chegar a R\$ 2.264, com crescimento de 6,9% frente a 2024. Em 2025, o rendimento de todos os trabalhos compunha 75,1% do rendimento médio mensal real domiciliar per capita, mantendo-se em patamar próximo do registrado no ano anterior. Os 24,9% provenientes de outras fontes se dividiam em rendimentos de aposentadoria e pensão (16,4%), que correspondiam à maior parte, mas também em rendimentos de programas sociais do governo (3,5%), aluguel e arrendamento (2,1%), pensão alimentícia, doação e mesada de não morador (0,9%) e outros rendimentos (2,0%).

A região Sul liderou o valor do rendimento médio domiciliar per capita no país: R\$ 2.734. Em

seguida aparecem as regiões Centro-Oeste (R\$ 2.712), Sudeste (R\$ 2.669), Nordeste (R\$ 1.470) e Norte (R\$ 1.558). Entre 2024 e 2025, a Região Centro-Oeste (11,3%) se destacou pelo crescimento do rendimento médio domiciliar per capita, ao passo que a Região Sul apresentou a menor variação (4,9%). Se comparado a 2019, as Regiões Norte (33,6%), Centro-Oeste (27,4%) e Nordeste (23,8%) apresentaram as maiores elevações do indicador, enquanto a Região Sudeste (14,1%), a menor.

O rendimento proveniente do trabalho continuou sendo a principal fonte de renda da população brasileira. Em 2025, 47,8% dos residentes tinham rendimento habitual do trabalho, o que representa uma variação positiva de 0,7 ponto percentual (p.p.) em relação a 2024. Outros 27,1% recebiam rendimentos de outras fontes, como aposentadorias, pensões e programas sociais do governo.

Retirada da poupança soma R\$ 41,7 bilhões até abril em cenário de famílias endividadas

Ilustração / Foto gerada por IA

A caderneta de poupança registrou retirada líquida de R\$ 41,7 bilhões entre janeiro e abril de 2026, segundo dados divulgados pelo Banco Central. No período, os saques feitos pelos investidores superaram os depósitos realizados nas contas da aplicação.

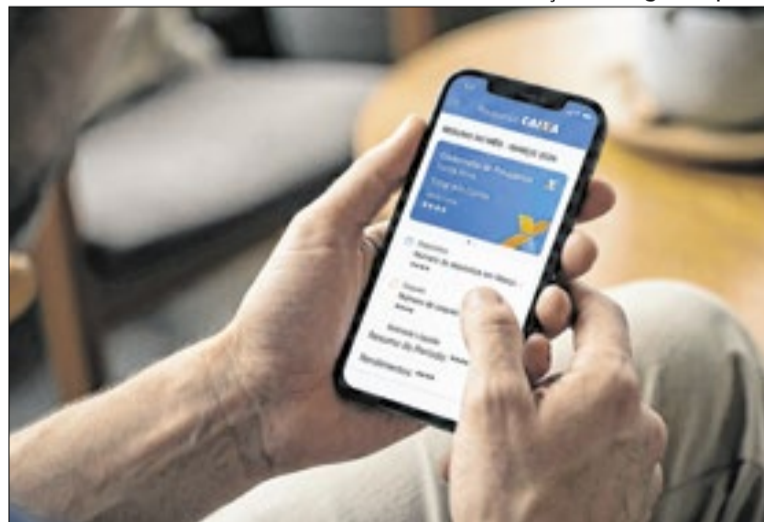
O resultado mantém a sequência de perdas observada nos últimos anos. Apenas em março, último dado consolidado disponível, a retirada líquida somou R\$ 11,1 bilhões. No mês, os depósitos chegaram a R\$ 331,9 bilhões, enquanto os saques totalizaram R\$ 343 bilhões. Os rendimentos creditados nas contas de poupança ficaram em R\$ 6,4 bilhões.

Os dados foram divulgados em meio ao aumento do endividamento das famílias brasileiras. Levantamento da Confederação

Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) mostrou que 80,9% das famílias estavam endividadas em abril deste ano, maior percentual da série histórica iniciada pela entidade. A pesquisa considera dívidas como cartão de crédito, cheque especial, financiamento de veículos, crédito consignado e carnês.

A taxa básica de juros da economia, a Selic, está em 14,75% ao ano. Pela regra em vigor, a poupança rende 0,5% ao mês mais a Taxa Referencial (TR) quando os juros permanecem acima de 8,5% ao ano.

O Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), modalidade ligada ao financiamento imobiliário, concentrou a maior parte das retiradas registradas neste ano. Entre janeiro e abril, o segmento acumulou saída líquida



Depósitos na poupança chegaram a R\$ 331,9 bilhões em abril

de R\$ 39,6 bilhões. Já a poupança rural apresentou retirada líquida de R\$ 2,1 bilhões no mesmo período.

Em março, o SBPE registrou depósitos de R\$ 287,7 bilhões e saques de R\$ 298,5 bilhões, gerando

retirada líquida de R\$ 10,8 bilhões. Na poupança rural, os depósitos somaram R\$ 44,2 bilhões e os saques ficaram em R\$ 44,5 bilhões, com saldo negativo de R\$ 327 milhões.

Apesar das retiradas, o es-

toque total da caderneta segue próximo de R\$ 1 trilhão. Os dados históricos do Banco Central mostram que a aplicação acumula perdas desde 2021. Naquele ano, a retirada líquida foi de R\$ 35,5 bilhões. Em 2022, o saldo negativo chegou a R\$ 103,2 bilhões. Em 2023, os saques superaram os depósitos em R\$ 87,8 bilhões. Em 2024, a retirada líquida ficou em R\$ 15,5 bilhões. Já em 2025, o saldo negativo voltou a crescer e atingiu R\$ 85,6 bilhões.

Em 2020, durante a pandemia de Covid-19, a poupança registrou entrada líquida recorde de R\$ 166,3 bilhões, maior captação anual da série histórica do Banco Central.

A próxima divulgação dos dados da poupança está prevista para o início de junho, com os números referentes ao mês de maio.